

## O Ensino Rural em Mato Grosso (1910-1945)

Marineide de Oliveira da Silva<sup>1</sup>

[mari.oliveirasil@gamil.com](mailto:mari.oliveirasil@gamil.com)

### Introdução

Os ideais republicanos preconizavam que o ensino básico deveria ser gratuito e obrigatório à população. A escola seria um veículo de propagação de valores nacionalista, “era preciso construir estabelecimentos escolares voltados para a formação dos cidadãos [...]”. (ALVES, 1998, p. 27). A escolarização deveria ser estendida a toda a população, desde os lugares de fácil acesso, até as áreas mais longínquas.

De acordo com Alves (1998, p. 21) nos discursos dos dirigentes nas primeiras décadas de 1910, “predominava, a crença de que, através da multiplicação das instituições escolares e do acesso à escolarização, o Brasil se tornaria uma grande potência”.

Segundo Demartini (1989, p. 07) essa massificação da educação no período republicano trouxe inúmeras implicações na área educacional, pois se estabeleceu um currículo único que atendesse as escolas urbanas e rurais. Desta forma, entende-se que o modelo educacional, uniforme, não conseguiria atender a todos de maneira igualitária, pois as realidades educacionais se constituíam de modo diferenciado.

Talvez seja por isso que a escola no meio rural brasileiro parece que foi sempre alocada em segundo plano, apresentando-se distante da lista de prioridades das políticas destinadas à educação. Novelli Júnior (1946 apud ABRÃO, 1986, p. 53) corrobora com essa afirmação e acrescenta que “[...] a instrução destinada ao filho dos campos e as camadas rurais tem sido a mais descurada e a mais abandonada, de onde resulta um desnível muito considerável entre as populações citadinas e as camponesas”.

Almeida (2005, p. 278) acrescenta que a educação no meio rural brasileiro no século XX, constitui-se como uma “história esquecida [...] que envolve personagens

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós - graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

anônimos, alunos e professores, que constituíram identidades particulares nas escolas afastadas das cidades”.

Para Leite (1999, p.14) “a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, [...] teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária [...]” de que as pessoas que vivem na zona rural não necessitam de estudos.

Diante do explicitado, pretende-se por meio de análise de fontes documentais, como: Relatórios de Presidentes do Estado, de Diretores e Inspetores da Instrução Pública, Mensagens, Anuários, Legislações e Jornais à época, descortinar o cenário educacional, social e político da escola rural em Mato Grosso (1910 - 1945).

Segundo Faria Filho e Caldeira (2002, p. 3) “cada fonte tem uma maneira peculiar de tratar a Educação, dado o objetivo de cada uma delas e, levando em conta o momento histórico em que foram produzidas” e possibilitam estabelecer categorias de análises, capazes de desvendar as conjunturas (sociais, econômicas, políticas e culturais) nelas expressas.

O recorte temporal foi escolhido por abranger um período de grandes transformações sociais e educacionais no Brasil. Nesse período, a educação passou a ser vista como uma ferramenta capaz de contribuir para o sentimento de pertencimento de nação, por isso, o objetivo Republicano era levar a educação para toda a população, incluindo a que vivia na zona rural. Segundo Alves (1998, p. 26) “nessa época, a maioria dos intelectuais brasileiros foi influenciada pela crença de que, multiplicando o número de escola, se atingir-se-ia o progresso almejado”.

Diante do explicitado, entende-se que um estudo sobre educação rural em Mato Grosso, no período de 1910 a 1945, possa contribuir para elucidar a conjuntura social e as correntes de pensamento que permeavam a educação na Primeira República e fornecer elementos para melhor compreensão da realidade educacional mato-grossense.

## **1. A Escola Rural Brasileira**

O ensino nas escolas rurais, entre os anos de 1910 e 1920, buscava contribuir com o ideário republicano, priorizava a defesa da nacionalidade e a disseminação de valores capazes de perpetuar/manter a cultura vigente. Segundo Almeida (2005, p. 38),

*[...] era fundamental a formação de um caráter nacional ao povo brasileiro e a educação deveria colaborar nesta tarefa, num esforço de diminuir ao máximo o analfabetismo, ensinando aspectos da geografia, da história, do folclore do Brasil, bem como noções de Moral e Civismo, enfim, a cultura brasileira deveria se fazer presente e constante nos currículos escolares tanto em escolas do campo, como nas da cidade.*

A autora ressalta ainda que mesmo com a expansão das escolas, a educação rural não era a mesma da educação urbana. Nas áreas rurais havia escassez de estabelecimento de ensino, de aparelhos, descaso, por parte do poder público, que atingia tanto a organização pedagógica das escolas, como as condições estruturais mínimas para o desempenho da docência. A autora diz:

*Muitas são as adversidades que acompanhavam a educação rural. Poucas e precárias escolas, umas distantes das outras, dificultando a comunicação, ausência de orientação metodológica e didática, falta de verbas públicas na escolarização, deficiências na formação de professores, currículos por vezes inadequados, poucos materiais pedagógicos, falta de livros, entre outros (ALMEIDA, 2005, p. 286).*

Ainda sobre as dificuldades que acompanhavam a educação rural brasileira, a citada autora acrescenta que nas escolas rurais, encontravam-se outros problemas, como baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego, por isso, em muitos casos, estes dependiam da ajuda da comunidade.

*Historicamente, sabe-se que a educação do campo esteve fora da agenda política do país, ignorada e marginalizada, pois sempre esteve reduzida à escolinha rural voltada a ensinar as primeiras letras (visão utilitarista da educação), a professora desqualificada/leiga e a massas de analfabetos/as. Nunca houve interesse por parte das políticas públicas educacionais de se pensar num projeto político-pedagógico que abrangesse a realidade do campo (NASCIMENTO, 2002, p. 04).*

De acordo com Amiguiño (2005, p. 15:16)

*A escola é, muitas vezes, particularmente em meio rural, o serviço que resta depois de todos os outros terem desaparecido ou sido suprimidos pelo Estado. Tal ocorre por razões que penalizam a comunidade no seu todo, as instituições de uma forma geral e os atores. As ameaças à escola, que fragilizam a sua existência ou ditam o seu encerramento, são uma das dimensões do problema mais geral que afeta os meios rurais e daquilo que neles se reflete como resultado das políticas públicas. Ora, normal seria que, quer no domínio das práticas quer em termos conceptuais, outra atenção fosse dada ao envolvimento da escola em dinâmicas de desenvolvimento local, em contexto rural.*

Para Bresolin e Ecco (2008), somente a partir de 1930 ocorreram mudanças educacionais significativas para as populações do campo, pois nesse período se consolidou as idéias dos pioneiros do “ruralismo pedagógico”, que lutavam por uma escola rural que atendesse as necessidades de cada região. Para Maia (1982) o ruralismo objetivava propagar uma escolarização que integrasse às condições regionais e fixasse o homem ao campo.

Abrão (1986, p. 24) explica que para a tendência ruralista a educação deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos que “[...] implicaria a aquisição e assimilação de certas idéias e valores”, habilidades, capazes de tornar o sujeito apto a trabalhar na terra e tirar dela sua subsistência.

## **2. A Escola Rural em Mato Grosso**

Não diferente dos discursos dos governantes do Brasil, em Mato Grosso também perdurava a ideia de que por meio do ensino se promoveria o progresso do Estado. Para isso, o Presidente da instrução pública em Mato Grosso, Pedro Celestino, organizou, em 1910, a reforma do ensino primário e normal. “Pelos discursos a Reforma possibilitaria a formação de quadros para atender aos serviços públicos e comerciais, a educação popular rural e urbana e a manutenção [...] (ALVES, 1998, p. 24).

D. Francisco Aquino Corrêa, chegou a contestar o Regulamento de 1910, dizendo que este se mostrava contraditório, pois como seria possível atender aos serviços públicos nas áreas isoladas, sendo que essas se encontravam muitos distantes da capital, assim, segundo ele, as normativas acabariam por privilegiar somente as escolas urbanas, enquanto as escolas rurais continuariam sendo negligenciadas. Assim,

*[...] o Regulamento de 1910 criaria situação contraditória e inconveniente que impediriam a ação fiscalizadora do Estado. Isto porque, devido as grandes distancias entre as pequenas localidades, o governo atuaria nas escolas da capital e principais cidades, enquanto que nas demais por falta de comunicação fácil, de higiene e conforto, se quer conseguiria pessoal possibilitado para o magistério. (ALVES, 1998, p. 31).*

Dessa forma, acredita-se que o Regulamento de 1910 apresentou um avanço no sistema educacional mato-grossense, provocando mudanças nas escolas da capital e de

algumas cidades do Estado, mas parece que não modificou as condições das escolas isoladas. A escola rural em Mato Grosso possuía características peculiares que deveriam ser consideradas.

A escola rural tinha como objetivo principal ministrar a instrução primária rudimentar. Deveria ainda ser:

*[...] localizada a mais de 3 quilômetros da sede municipal. Consta no seu programa o ensino da leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente do Estado de Mato Grosso e noções de higiene. A duração do curso é de 2 anos. Aquele departamento julga muito exíguo o tempo desse curso, que tem produzido um resultado prático de somenos importância e proporá na elevação para 3 anos. (MENSAGEM, 1948, p.56).*

Além de possuir um ensino de baixa qualidade, as escolas rurais corriam riscos de serem fechadas, pois para que uma escola rural continuasse funcionando, segundo a mensagem apresentada ao governador, tinha a obrigação de ter “no mínimo 28 alunos em cada classe, fundindo-se numa só classe dois ou mais série, ou formando-se classes mistas, (MENSAGEM, 1948).

A prática da organização das escolas rurais em classe mista, só era aceita nas áreas rurais, bem distantes, sem comunicação com a capital e as demais cidades desenvolvidas, pois o ideário social acreditava que essa prática feriria a moral cristã, sendo vista como promíscua.

*A moral tradicional vetava a proximidade homem/mulher desde os primeiros anos de escolarização, temendo riscos da contaminação. Assim, a co-educação representava o perigo do rompimento da interdição social. Foi necessário romper-se, primeiramente, a interdição da educação de alunos por professoras para, muitos mais tarde, cair por terra a interdição do convívio escolar entre alunos de sexo diferente (CORRÊA, 1991, p, 99-100).*

O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, também apresentava especificações da escola rural mato-grossense, como:

*Art. 5 – São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município[...];*  
*Art. 8 – a frequência média mensal for inferior a 15 alunos, durante seis meses no ano, ou quando o inspetor geral, em três visitas consecutivas, com um mês, pelo menos, de intervalo, encontrar alunos presentes em número inferior àquele mínimo, não sendo o professor a causa da deserção:*

*Art. 10 – A criação ou supressão de escola rural se fará em qualquer tempo; mas o primeiro provimento só se dará nos cinco primeiros meses letivos do ano.*

*Art. 11 – A instalação da escola rural terá caráter festivo, será presidida pelo respectivo inspetor distrital ou qualquer autoridade superior do ensino, lavrando-se uma ata assinada por todas as pessoas presentes e cuja cópia será remetida à Diretoria Geral*

O Jornal “O Mato Grosso” de 1916, em uma reportagem, retratava o cenário de abandono e descaso em que se encontravam as escolas rurais em Mato Grosso. Nessa nota o jornal denunciava que nas escolas isoladas rurais não havia nem água para que os alunos matassem a sede durante o horário de aula.

*[...] As crianças correm às casas vizinhas para mitigar a sede nas horas quentes da tarde. Não há programa de ensino para elas. Cada professora confecciona o programa como melhor lhe parece. Em suma: vai nisso um pronunciado sintoma de anarquia. Como poderiam as bancas examinadoras conhecer o preparo dos examinandos se não sabe qual o programa adotado pela professora, maximé sendo os alunos examinados em turmas das diversas escolas? Muito já se tem feito pela instrução, entretanto, ela ainda requer bastante desvelo. As escolas isoladas carecem de material que não possuem e se o possuem é em quantidade insuficiente (JORNAL MATO GROSSO, 1916, p. 3).*

O Jornal *Republicano* de 1920 (p.3) denunciou que as escolas rurais encontravam-se em completo “desleixo [...] fazendo sentir com sério prejuízo dos pais de família que para lá mandam seus filhos e de nada vale”. O artigo ainda destinava um trecho da notícia sobre as escolas rurais, para censurar a maneira pela qual uma professora da escola mista da povoação da Barca Pêndulo conduzia suas aulas. A notícia dizia:

*[...] A senhorita professora parece que não se dá bem com a tarefa de ensinar, tanto assim que falta seguidamente aos afazeres de sua missão. Pouco ou nada se ligando com o prejuízo dos seus alunos que vão para a escola para passear e brincar, sujar roupa e nada mais. A professora dá aula quando quer e nem ao menos participa coisa alguma aos seus alunos, os quais muitas vezes aguardam a chegada na barranca do rio, acontecendo, muitas vezes, adli voltarem para casa. D. Aquino mesmo é testemunha ocular. Já teve a felicidade de ver a senhorita Elvira mantendo uma aula somente com quatro alunos. Se a senhorita acha que é muito insano o trabalho, peça exoneração do cargo que lhe é muito mais criterioso do que fazer dele um meio somente para ganhar dinheiro. [...].*

Percebe-se que não se levava em consideração as condições estruturais que essa professora tinha para trabalhar. A Mensagem de 1920, apresentada a Assembléia

Legislativa de Mato Grosso, lida na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 15ª Legislatura, pelo Dr. Anníbal Toledo, Presidente do Estado de Mato Grosso, também sinalizou que a situação das escolas rurais mato-grossenses, eram precárias, pois faltavam instalações e materiais didáticos apropriados para o funcionamento das escolas.

*[...] as escolas ruraes, espalhadas pelo interior, onde a falta de instalações apropriadas, a deficiência de material escolar, a impossibilidade de encontrar professores diplomados para regel-as e a ausência quasi absoluta de fiscalização, nos autoriza, a considerar como insignificante ou nulla a contribuição de uma grande parte dellas para a instrução da infância residente fóra das cidades de das villas [...] (MENSAGEM, 1920, P. 39-40).*

Apreende-se que o Mato Grosso se preocupava em abrir novas escolas, sem ter recursos para equipá-las minimamente. Nilo Povoas (Discurso, 1926) explica que Estado não custeava, “talvez, centena e meia de escolas, ele não pode mantelas convenientemente providas e aparelhadas do indispensável material didático, achando-se essas poucas escolas, na sua grande maioria, em deplorável estado de abandono [...]”. Na Mensagem aparece ainda outro problema, a carência de profissionais diplomados para assumir as escolas rurais. De acordo com Lima (2004, p. 03):

*Até a primeira metade do século, era alarmante a situação das escolas funcionado com o trabalho de professores semi-alfabetizados, sobretudo no que dizia respeito ao ensino rural, em que era grande a dificuldade em selecionar, em seu meio, profissionais formados, tanto em razão da baixa qualificação dos seus habitantes quanto em função dos obstáculos existentes ao acesso às fazendas onde se localizavam as escolas tais como: precariedade nos meios de transporte e insalubridade das residências e/ou alojamentos . Somava-se a todo esse despreparo, a ausência de condições mínimas que pudessem facilitar-lhes a execução das tarefas, assim como o descaso com que eram tratados esses profissionais pelo poder público: baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego.*

Diante do contexto, até aqui explicitado, infere-se que as fontes documentais em Mato Grosso desenham um cenário das escolas rurais, não diferente das demais escolas rurais em outras partes do Brasil, permeado de abandono, falta de alunos e descaso do poder público, além das dificuldades e contrastes entre a educação ministrada nas cidades e aquela ministrada no campo.

### **Considerações finais**

Acredita-se que intento Republicando de multiplicar o número de escolas em todo Brasil, parece que tinha como pano de fundo a necessidade de instruir minimamente os brasileiros para exercerem o ato de votar. Assim, pode se dizer que o ideário republicano preconizava um regime de participação política e integração social dos indivíduos por meio da educação (ALVES, 1998).

De acordo com Alves (1998, p.19), deve-se considerar que a maior parte das “mudanças ocorridas no setor educacional, tanto em Mato Grosso quanto no Brasil, de um modo geral, expressam tentativas de adequação do ensino às situações emergentes, especialmente em virtude das mudanças político-econômicas que se processaram”.

Em síntese, pode-se se dizer que a escola rural em Mato Grosso, se caracterizava como escola unidocente, em que um profissional da educação, em uma única sala, ministrava aulas simultaneamente para diversas séries, com condições extremamente precárias para desempenhar seu trabalho.

Percebe-se, por meio de análise documental, que em Mato Grosso a preocupação dos governantes era em criar novas escolas, mesmo não tendo recursos para equipá-las minimamente e facilitar a execução das tarefas laborais do professorado. Os problemas enfrentados pelos os profissionais da educação que se aventuravam ou, em alguns casos, eram obrigados a lecionarem nas áreas rurais, compreendiam desde baixos salários e alojamentos insalubres, até instabilidade no emprego.

Nesse sentido, acredita-se que o mapeamento documental sobre a realidade das escolas rural em Mato Grosso possa trazer elementos para se compreender a conjunturas sociais e as correntes de pensamento que permeavam a educação no período de 1910-1945.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. *In: Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ALVES, Laci Maria Araújo. *Nas trilhas do ensino (1910-1946)*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. Rev. Port. de Educação, 2005, vol.18, n.2, p.07-43. ISSN 0871-9187. AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. Rev. Port. de Educação, 2005, vol.18, n.2, p.07-43. ISSN 0871-9187. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v18n2/v18n2a02.pdf>>. Acesso em: 10/01/2011.

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relação de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BRESOLIN, Paoline; ECCO, Idanir. *Ser escola rural: da historicidade, das características e das representações*. In: Simpósio Nacional de Educação: ser Professor na sociedade Contemporânea: desafios e contradições. Disponível em: <[http://www.uri.com.br/cursos/arq\\_trabalhos\\_usuario/530.pdf](http://www.uri.com.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/530.pdf)>. Acesso: 15/07/2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; CALDEIRA, Sandra Maria. Escolarização em Minas Gerais na perspectiva das estatísticas oficiais (1889-1940). In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002*. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq\\_cbhe2&titulo=II\\_CBHE&ext=php](http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq_cbhe2&titulo=II_CBHE&ext=php)>. Acesso em: 27/11/2010.

FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão de. *Mensagem à Assembléia Legislativa*. Cuiabá, 13 de junho de 1948, APMT – Livro 75, p. 52 – 65.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão Rural no Brasil*, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985. (Educação Popular.)

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. *Escolas, professores e caipiras: exercício para um descentramento histórico*. Educ. Pesqui. [online]. 2005, vol.31, n.1, pp. 121-136. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a09v31n1.pdf>>. Acesso em: 10/01/2011.

JACOMELI, Maria Regina M. *A Instrução Primária em Mato Grosso na Primeira República – 1891-1927*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: 19987.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Escola rural: história, memória e representações. In: *Cadernos de História da Educação – n. 3 - jan/dez - 2004*. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345/350](http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345/350)>. Acesso em: 10/01/2010.

MAIA, Eni Marisa. *Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?*. In: Em aberto, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982. pg.27-33

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil; República da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.393.

MARUYAMA, Maria das Graças do Nascimento. *Estrutura, organização e políticas de gestão das escolas rurais da rede pública municipais de Uberlândia, no período de 2001-2004*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2009. 162p

MATO GROSSO. Livro de Registro de Materiais Escolares fornecidos pela Secretaria da Instrução Pública de Mato Grosso às Escolas de Instrução Primária e Escola Normal e Modelo anexa. APMT - IP003-95. Cuiabá, 1910-1913.

\_\_\_\_\_. *Mensagem* apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa. Cuiabá, 13 de junho de 1948. APMT – Livro 75, p. 52 – 65

\_\_\_\_\_. *Relatório da Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 1º de outubro de 1884. APMT – Microfilme – ano 1881-1888 – pg. 36- 43

\_\_\_\_\_. *Ofício* do Secretário do Governo do Estado de Mato Grosso. APMT – Caixa 1892. Cuiabá, 1892.

\_\_\_\_\_. *Ofício* ao Presidente Pedro Celestino Corrêa. Nº 6 DGIP - Solicitação de pagamento do aluguel da casa onde funciona a Escola do Coxipó da Ponte, 1910.

\_\_\_\_\_. *Ofício* enviado pelo Diretor Geral da Instrução Pública. APMT - Lata 1936 A. Cuiabá, 1936.

\_\_\_\_\_. *Regulamento* da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto nº 759. Cuiabá, 1927.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. *Educação do campo e escola família agrícola de GOIÁS: o caminhar da teimosia de um movimento social educativo*. Disponível em: <[www.geocities.ws/claugnas/educacaodocampo.doc](http://www.geocities.ws/claugnas/educacaodocampo.doc)>. Acesso em: 10/01/2010.

*O MATO GROSSO*. Cuiabá, 14 de março de 1916. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-Coleções de jornais, p. 3.

*O REPUBLICANO*. Cuiabá, 22 de abril de 1920. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-Coleções de jornais, nº 314, p. 3.

SÁ ROSA, Maria da Glória. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Co-educação, gênero e direitos civis*. In: Instantes & memória na história da educação / Organizadores: Nicanor

Palhares Sá, Elizabeth Madureira Siqueira; Rosinete Maria dos Reis – Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006. p.107-124.

SANTOS, Ademir Valdir dos; MUELLER, Helena Isabel. O nacionalismo e cultura escolar no governo vagas: faces da construção da brasilidade. In: *Cadernos de História da Educação* –v. 8, n.2 - jul/dez.2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3711>>. Acesso em: 10/01/2010.

SILVEIRA, Tânia Cristina da. *História da escola rural Santa Teresa (Uberlândia/MG 1934 a 1953)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia-, 2008.

SIQUEIRA, M. Elizabeth. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*, Cuiabá: INEP; COMPED; EdUfmt, 2000, 282p.

TERRIEN, Jacques; DAMASCO, Maria Nobre (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.